

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.826 - SC (2019/0075203-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : MARCELA PORTELA NUNES BRAGA E OUTRO(S) - DF029929
AGRAVADO : DORIVAL LINK
ADVOGADO : GIOVANI CARLOS DE ANDRADE - SC021281

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL contra a decisão de fls. 148/150 (e-STJ), que deu provimento ao recurso especial para determinar o prosseguimento do cumprimento de sentença.

As razões do recurso afirmam que o REsp 1.438.263/SP, - que trata do tema da legitimidade do não-associado para a execução de julgado oriundo de ação coletiva ajuizada por associação - voltou a ser objeto de afetação pela Segunda Seção.

É o relatório.

DECIDO.

Tendo em vista a manifestação do recorrente, faz-se imperiosa a reconsideração da decisão agravada.

Com efeito, em 28/5/2019, a Segunda Seção voltou a afetar o referido processo ao rito dos recursos repetitivos para definir sobre a legitimidade do não-associado para a execução de sentença proferida em ação civil pública manejada por associação, na condição de substituta processual.

Nessa ocasião, foi determinada a suspensão do processamento dos recursos especiais e agravos em recurso especial que versem sobre idêntica questão de direito.

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 148/150 (e-STJ) e determino a suspensão do presente processo até o julgamento do REsp 1.438.263/SP.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 23 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator